



## SABERES POPULARES: A AGRICULTURA FAMILIAR PRESENTE NA COMUNIDADE DO CABEÇA, SERRA DE ITIÚBA, BAHIA

POPULAR KNOWLEDGE: FAMILY AGRICULTURE PRESENT IN THE  
COMUNIDADE DO CABEÇA, SERRA DE ITIÚBA, BAHIA

CONOCIMIENTO POPULAR: AGRICULTURA FAMILIAR PRESENTE EN LA  
COMUNIDADE DO CABEÇA, SERRA DE ITIÚBA, BAHIA

**Raimunda Pereira da Silva**

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-3029-9261>

Secretaria de Educação de Itiúba - BA e Extensionista Rural - Brasil

**Antônio Domingos Moreira**

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2856-1219>

Professor da Educação Básica - Riacho de Santana-BA - Brasil

**Júlia Maria da Silva Oliveira**

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4596-819X>

Universidade Estadual Santa Cruz - UESC - Brasil

**DOI: 10.22481/poliges.v3i1.10778**

**Resumo:** O presente artigo investigou os saberes populares e a Agricultura Familiar na comunidade do Cabeça, na serra de Itiúba, Bahia. Essa pesquisa coletou as informações e analisou-as com base na abordagem qualitativa, uma vez que privilegiou as vivências dos sujeitos, bem como as relações subjetivas e coletivas estabelecidas no interior da referida comunidade. Nesse contexto, a coleta de dados ocorreu mediante entrevista semiestruturada, a qual foi gravada por aparelho móvel no final do mês de novembro de 2019, com quatro (04) membros de famílias camponesas, os quais nos relatam a forma ancestral pela qual cultivam o feijão, o milho e a mandioca. Constatamos que esses alimentos são os mais consumidos pelos moradores dessa localidade. Portanto, concluímos que os conhecimentos ancestrais presentes na comunidade do Cabeça advindos da Agricultura Familiar, contribuem ao plantio e à colheita para sobrevivência dos agricultores desse local. Estes conhecimentos serão transmitidos, perpetuados às novas gerações, as quais serão, em certa medida, responsáveis por uma convivência respeitosa e harmoniosa com a Terra. Por fim, pode-se concluir que essa atividade fomenta a necessidade de criação/ampliação das Políticas Públicas para os pequenos produtores da comunidade do Cabeça, de modo que seja considerada a participação de todos os agricultores envolvidos.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Consórcio de Culturas. Saberes Populares

**Abstract:** The present article investigation investigated popular knowledge and Family Agriculture in the Comunidade do Cabeça, in the Serra de Itiúba, Bahia. This research collected the information and analyzed the data from a qualitative approach, since it privileged the experiences of the subjects, as well as the subjective and collective relationships established within the aforementioned community. In this context, data collection took place through a semi-structured interview that was recorded by mobile device at the end of November 2019, with four (04) members of peasant families, who tell us about the ancestral way in which they grow beans, corn and cassava. We found that these foods are the most consumed by the residents of this locality. Therefore, we conclude that the ancestral knowledge present in the community of Cabeça, coming from Family Agriculture, contributes to the planting, harvesting for the survival of farmers in this place. This knowledge will be transmitted, perpetuated to the new generations, which will be, to a certain extent, responsible for a respectful and harmonious coexistence with the Earth. Finally, it can be concluded that this activity encourages the need to create/extend Public Policies for small producers in the Cabeça community that plans and has the participation of all farmers involved.

**Keywords:** Family Farming. Popular Knowledge. Consortium of Cultures

**Resumen:** La presente artículo investigación investigó el conocimiento popular y la Agricultura Familiar en la Comunidade do Cabeça, en la Serra de Itiúba, Bahía. Esta investigación recopiló la información y analizó los datos desde un enfoque cualitativo, ya que privilegió las vivencias de los sujetos, así como las relaciones subjetivas y colectivas establecidas dentro de la referida comunidad. En este contexto, la recolección de datos se dio a través de una entrevista semiestructurada que fue grabada por dispositivo móvil a finales de noviembre de 2019, con cuatro (04) integrantes de familias campesinas, quienes nos cuentan sobre la forma ancestral en que cultivan el frijol, maíz y yuca. Encontramos que estos alimentos son los más consumidos por los pobladores de esta localidad. Por lo tanto, concluimos que los conocimientos ancestrales presentes en la comunidad de Cabeça, provenientes de la Agricultura Familiar, contribuyen a la siembra, cosecha para la supervivencia de los agricultores de este lugar. Este conocimiento será transmitido, perpetuado a las nuevas generaciones, las cuales serán, en cierta medida, responsables de una convivencia respetuosa y armónica con la Tierra. Finalmente, se puede concluir que esta actividad fomenta la necesidad de crear/extender Políticas Públicas para pequeños productores de la comunidad de Cabeça que planifique y cuente con la participación de todos los agricultores involucrados.

**Palabras clave:** Agricultura Familiar. Conocimiento popular. Consorcio de Culturas

## Introdução

A presente pesquisa teve como objetivo investigar os saberes populares e a agricultura familiar na comunidade do Cabeça, que está localizada na Serra de Itiúba, no estado da Bahia. Essa comunidade se destaca pela importância do trabalho realizado por pequenos produtores advindos da agricultura familiar, em razão de suas famílias terem conseguido se organizar e estabelecer, em espaços formativos e

construtivos, um formato de trabalho para produzir alimentos voltados ao sustento, cujos excedentes são vendidos em feiras livres.

Nesse sentido, Altafin (2007), Neves (2012), dentre outros autores, nos chamam a atenção para o uso do termo agricultura familiar, devido às suas múltiplas conotações, diferentes interpretações e definições sobre o seu significado e amplitude. A implantação e implementação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), na década de 1990, constituiu-se um divisor de águas ao delimitar as fronteiras materiais da agricultura familiar, uma vez que esta é a principal fonte de ocupação de força de trabalho no meio rural brasileiro, da qual grande parte da produção de alimentos no Brasil advém.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization – FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1996) definiram que a agricultura familiar deve atender a duas condições, quais sejam: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento, que é exercida pelo produtor, e b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Dessa maneira, a agricultura familiar é uma forma de produção que ocorre por meio da interação entre gestão e trabalho.

Assim, os próprios agricultores dirigem o processo produtivo, visto que trabalham com a diversificação e utilização da mão de obra familiar, que é, eventualmente, complementada pelo trabalho assalariado. Insere-se, nesse contexto, a comunidade do Cabeça, a qual é composta por famílias agricultoras, que, predominantemente, laboram as terras das suas propriedades, realizam tanto o trabalho reprodutivo como o trabalho produtivo. Chama-nos atenção o lugar privilegiado dado e ocupado pelos saberes populares, no que diz respeito, em específico, ao cultivo do feijão, do milho e da mandioca, os quais possuem função indispensável na alimentação, além de apresentarem um papel essencial para a agricultura familiar, posto que as famílias agrícolas produzem alimentos para o próprio consumo.

Neste sentido, o objetivo central da pesquisa se pauta em investigar de que forma são cultivados *o feijão, o milho e a mandioca* pelos membros da comunidade do Cabeça, na Serra de Itiúba, Bahia. Em relação aos objetivos específicos, buscamos

entender a realidade dos agricultores camponeses da comunidade do Cabeça, a vivência coletiva, a relação comunitária, assim como a cultura abrangente nesse espaço. Para tanto, acreditamos que este tipo de pesquisa demanda ao investigador a disponibilidade, a abertura de espírito para (re)aprender, (re)construir conhecimentos, por meio das narrativas, do relato das memórias dos membros da comunidade sobre o plantio, cultivo, cuidado e colheita.

### **Agricultura Familiar: legislação, conquistas e mudanças no campo**

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, regulamenta e estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, também determina que a categoria agricultor ou agricultora familiar, empreendedor ou empreendedora familiar rural deve incluir aquele/aquela que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos, constantes no artigo 3º, inciso “I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais” (BRASIL, 2006, p. 1).

A definição de módulo fiscal como unidade de medida, expressa em hectares, foi introduzida pela Lei nº 6.746, de 11 de dezembro de 1979, cujo valor é fixado pelo INCRA de forma diferenciada para cada município da federação, onde a propriedade rural está localizada. Por meio do módulo fiscal, classifica-se a propriedade como pequena, média ou grande, bem como delimita a área de ocupação de uma Reserva Legal e áreas de preservação. Para determinar a área de um módulo, o INCRA considera: o tipo de cultura agrícola cultivada majoritariamente naquele município; a renda que se pode obter pelo plantio da determinada cultura agrícola; a distância dos grandes centros urbanos e outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada. No Brasil, o valor de um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares.

O inciso II, da supracitada Lei, firma que se utilize, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento (BRASIL, 1979). O adjetivo “predominantemente” não indica obrigatoriedade, isto é, não há exigência que todas as pessoas, que compõem o

núcleo familiar, devam exercer atividade na propriedade familiar. Essa atividade pode ser na agricultura, na comercialização ou processamento ou outra que esteja ou não relacionada com a produção agrícola, como, por exemplo, o turismo.

A Lei nº 11.326/2006 exige, ainda, no seu inciso III, que o agricultor ou agricultora familiar, empreendedor ou empreendedora familiar rural, “tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo”. Este inciso refere-se à renda obtida mediante trabalho advindo das atividades praticadas na propriedade, sobretudo para garantir que ela seja economicamente ativa. Obrigatório se faz, conforme o inciso IV da referida Lei, que o agricultor ou agricultora familiar, empreendedor ou empreendedora familiar rural, “dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”, dessa maneira, a administração da propriedade está sob sua responsabilidade (BRASIL, 2006, *on-line*).

No Censo Agropecuário 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2006) revelou que a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos vinte anos, embora tenha diminuído em 2.360 municípios. Nos Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares ocupavam 43% da área total de estabelecimentos agropecuários no país, enquanto aqueles com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% da área total. Focalizando-se o número total de estabelecimentos, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total, nos censos analisados pelo (IBGE, 2006).

Este processo de concentração da terra, provocou um efeito direto sobre a estrutura demográfica do país, levando à ocorrência de elevadas taxas de êxodo rural nos últimos cinquenta anos. Assim, a população rural reduziu sua participação na população total de 68%, em 1950, para 17%, em 2010, segundo os diversos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo com a enorme redução da população rural, ainda prevalece neste espaço a precariedade de indicadores sociais que revelam o grau de pobreza e de miséria presentes. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2004, apenas 16% dos domicílios rurais possuíam fossa séptica, 42% tinham filtro de água; 26%

deles dispunham de telefone e 16% dos domicílios não tinham acesso à energia elétrica.

Já os dados da PNAD, de 2009, revelaram que 8,4 milhões de pessoas que faziam parte da população rural total (30.7 milhões de pessoas) eram classificadas como pobres (renda *per capita* mensal de até ½ salário-mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$ 207,50) e 8,1 milhões de pessoas eram classificadas como extremamente pobres (renda *per capita* mensal de até ¼ salário-mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$ 103,75). Isso significa que no ano de 2009, aproximadamente, 54% da população rural total era enquadrada como pobre no Brasil. No que tange a região do Nordeste, a distribuição espacial da pobreza rural revela que 53% do total de pessoas classificadas como pobres viviam nessa região e 70% do total de pessoas viviam em extremamente pobreza.

Em 2012, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). O objetivo da agência foi reposicionar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais na economia dos estados-membros. A ONU/FAO pretendeu, ainda, reorganizar e redimensionar suas ações em direção à erradicação da fome e da pobreza, para isso, os países signatários deveriam formular suas Políticas Públicas nacionais direcionadas à provisão da segurança alimentar e nutricional, gestão dos recursos naturais, melhorar as estratégias da agricultura de subsistência, proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, particularmente, nas áreas rurais.

No Brasil, uma série de atividades foram realizadas para celebrar o AIAF a fim de dar visibilidade à agricultura familiar e evidenciar sua contribuição para o desenvolvimento econômico do país. Tais ações legitimaram a demanda dos movimentos sociais do campo por reforma agrária, como também avançou no sentido de desenvolvimento das pesquisas acadêmicas para incorporar dados reais na aplicação de Políticas Públicas no âmbito da agricultura familiar.

Os dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (EMBRAPA, 2014) mostram que o AIAF

engloba 4,3 milhões de unidades produtivas (84% do total) e 14 milhões de pessoas ocupadas, o que representa em torno de 74% do total das ocupações distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total). A produção que resulta da agricultura familiar se destina basicamente para as populações urbanas, locais, o que é essencial para a segurança alimentar e nutricional.

Segundo Graziano e Del Grossi (1998), ao analisar o que se denominou “novo rural brasileiro”, em alusão à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural brasileiro, verificou que esta última diz respeito às múltiplas atividades que os agricultores desempenham e que, muitas vezes, são tão ou mais importantes que a própria atividade agrícola em si. Sacco dos Anjos (2003) entende a pluriatividade como processo de diversificação produtiva de outras atividades não agrícolas, tais como: a prestação de serviços a agricultores, a industrialização dos produtos, o artesanato e o turismo rural que, conjuntamente, fortalecem e desenvolvem as potencialidades de mão de obra existente na propriedade.

Conforme Schneider (2001), o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da agricultura, como atividade em tempo parcial (unidades onde os moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas), quanto aqueles agroecossistemas que combinam diversas formas de rendimento. Além disso, esse termo abarca, também, as atividades nas quais o pagamento era efetivado pela troca de produtos excedentes ou por serviços permutados. Estas práticas assentadas em um saber ancestral, tradicional sempre fizeram parte do cotidiano dos agricultores, posto que são intrínsecas ao modo de vida das sociedades rurais e da sua reprodução social.

A partir da primeira Revolução Industrial, o campo foi gradativamente se modificando, conseqüentemente, a base da agricultura familiar se transformou ao adotar novas estratégias de produção, a fim de responder às exigências da sociedade em cada período histórico. Desta maneira, “com a emergência de agências prestadoras dos mais diversos serviços especializados, como preparo do solo, colheita, pulverizações, inseminações, entre tantas outras tarefas” não houve ocupação para todos os membros da família, a produção que outrora servia para

alimentar a família passou a atender ao mercado (GRAZIANO; DEL GROSSI, 1998, p. 165).

Embora o campo e o povo do campo façam parte do processo de expansão do capitalismo financeiro, por meio da industrialização, configura-se, também, como centro de resistência ao avanço inexorável do agronegócio, nessa esteira, em um futuro breve, da sua automação. Essa resistência é composta por homens e mulheres, produtores e produtoras agrícolas que empregam técnicas tradicionais, saberes populares no cultivo das suas plantações, no manejo da terra, na criação do gado, cabras, dentre outros. Uma dessas práticas é o consórcio de culturas, uma tradição cultural caracterizada pelo plantio de duas ou mais espécies no mesmo espaço (SANTOS, 1998). Esse tipo de consórcio mobiliza agricultores, agricultoras e familiares que se organizam coletivamente em cooperativas, em função das suas necessidades e concepções, para comercializarem o excedente do seu plantio.

### **Metodologia da pesquisa**

Este trabalho recorreu a uma abordagem qualitativa que, conforme Denzin e Lincoln (2006), estuda os acontecimentos e as vivências de sujeitos, além de permitir estabelecer relações subjetivas e coletivas em seus cenários naturais, a fim de tentar compreender os significados que as pessoas a eles conferem. Configura-se, também, como uma pesquisa exploratória, posto que permite “ao investigador aumentar a sua experiência, aprofundando seu estudo e adquirindo um maior conhecimento a respeito de um problema” (TRIVIÑOS, 1987, p. 101). A pesquisa é também descritiva, visto que se propôs a descrever os fatos e fenômenos de uma dada realidade.

Conforme mencionado, essa pesquisa também tem um viés descritivo, já que descreve alguns dos traços da comunidade, especialmente os processos que envolvem os cultivos de feijão, milho e a produção de mandioca. Segundo Sakamoto e Silveira (2014, p. 50),

A pesquisa descritiva é uma modalidade de estudo que busca descrever o Objeto para dar a conhecer o que se pretende pesquisar;

o conhecimento é fruto da observação e detalhada apresentação de elementos pertinentes ao observado.

Nesse sentido, na comunidade do Cabeça, na Serra de Itiúba, estado da Bahia, moram aproximadamente dez (10) famílias agricultoras camponesas. Cada família possui, em média, cinco (05) pessoas, as quais vivem da agricultura familiar, dos programas sociais e aposentadorias, basicamente. Existe também uma nascente dentro da comunidade que abastece as famílias para o consumo humano e as necessidades básicas diárias. Do ponto de vista geográfico, a comunidade é arborizada e bem assentada.

Empregamos como técnica para a coleta de dados a entrevista semiestruturada<sup>1</sup>, realizada no final do mês de novembro de 2019, com os membros de quatro famílias camponesas, da comunidade do Cabeça, após o consentimento dos informantes, cujos achados evidenciaram categorias que são objeto desta discussão. As entrevistas foram gravadas, por meio de um aparelho móvel, e transcritas fidedignamente à fala dos entrevistados, que foram identificados da seguinte maneira: Família P1, 2019; Família P2, 2019; Família P3, 2019 e Família P4, 2019. A coleta revelou informações relevantes para a investigação desse estudo.

### **Políticas Públicas na Agricultura Familiar**

Diante do contexto apresentado na comunidade do Cabeça, é importante destacar as Políticas Públicas que viabilizam a construção de uma agricultura familiar forte, capaz de alavancar a promoção social do trabalhador rural e trazer, às famílias envolvidas, recursos econômicos capazes de garantir sua reprodução social. A comunidade, motivada pela inovação tecnológica ocorrida no campo nas últimas décadas, vem alterando as relações sociais de trabalho e renda, pois, à medida que as pequenas propriedades implementam infraestrutura mecanizada, esta tende a

---

<sup>1</sup>O projeto de pesquisa está ligado ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – PPGExR/ UNIVASF, cuja pesquisadora responsável foi a mestra, Raimunda Pereira da Silva. O projeto contempla todas as seções essenciais para a análise ética. Aprovação do Comitê de ética da pesquisa (CEP) com o parecer nº: 4.382.310 e CAAE: 25846619.4.0000.5196.

aumentar o coeficiente de produção, tendo, nas Políticas Públicas, os incentivos necessários para isso ocorrer.

As Políticas Públicas têm por fundamento fornecer respostas às demandas sociais que se encontram vulneráveis na sociedade, além de fomentar o desenvolvimento no campo, com medidas que gerem emprego e rendas, e servem, também, como mediador de conflitos entre outros sujeitos sociais que se encontram em desajustes.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tem como seu marco legal o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, cujo objetivo é “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda” (BRASIL, 1996, p. 21). Segundo o Banco Central do Brasil (2011), o PRONAF é um programa que se destina a oferecer crédito às atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas por produtores rurais e suas famílias e pode financiar projetos individuais ou coletivos que fomentem a geração de renda para famílias agricultoras e aos assentados da reforma agrária.

O PRONAF foi a primeira conquista dos pequenos produtores rurais enquanto Política Pública efetiva, dado que foi uma resposta às demandas há muito reivindicadas pelos trabalhadores do campo, motivada por pressões dos movimentos sociais e sociedade civil organizada. Tais pleitos se pautaram nos dados fornecidos por estudos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em consórcio com a Food and Agriculture Organization of the United Organization (FAO) que atestam a importância da agricultura familiar na participação econômica do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Nesse sentido, Moreira (2019, p. 10) afirma que,

A emancipação política de uma sociedade tem tornado atores importantes para cobrar dos governantes a inserção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para os aspectos de uma produção agroecológica que contribua para a cultura desses pequenos produtores que residem naquele local.

As Políticas Públicas e os Programas Sociais têm superado dificuldades e lacunas no meio social e dentro da agricultura familiar. Uma outra política no campo rural é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, atualmente regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008.

De acordo com Veloso (2011), o PAA foi implementado como um programa social que se mostrou um importante instrumento de apoio à comercialização de parte da produção agropecuária dos Agricultores familiares. Esse programa tem sido responsável pela geração de renda, incentivo e apoio aos agricultores que produzem diversos gêneros alimentícios. Além disso, tem fomentado as formas coletivas de organização.

No que se refere ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o objetivo é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Tais legislações possibilitaram a expansão do atendimento de alimentação escolar a todos os alunos da educação básica brasileira (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos — EJA). Além disso, permitiram o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional de forma transversal no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas; bem como a participação de agricultores familiares como fornecedores de alimentos para as escolas por meio da obrigação de que toda prefeitura/secretaria estadual de educação, investisse 30% dos recursos federais da alimentação escolar à compra de produtos diretamente da agricultura familiar, medida que promove a inclusão de alimentos produzidos perto das escolas, estimulando circuitos curtos de comercialização e o desenvolvimento local e sustentável das comunidades.

Nesse sentido, Moreira, Santos e Lucena (2021) afirmam que as comunidades rurais e as associações vêm se organizando e se autogerindo com a implementação

do PAA, PNAE e PRONAF junto ao Poder Público. Com isso, a organização do associativismo funciona como alternativa de produção sustentável nesses espaços cooperativos, por conseguinte, como um componente das estratégias da reprodução social dos pequenos produtores rurais que têm o trabalho familiar como centralidade da condução do processo (re)produção das condições materiais de sua existência no espaço do campo de forma solidária.

Ao analisarmos as Políticas Públicas e os Programas implementados nas últimas décadas, verifica-se a importância da organicidade das famílias na agricultura familiar para que ela se desenvolva em passos rápidos na comunidade do Cabeça. Nesse sentido, faz-se necessária a evolução da esfera do trabalho familiar/coletivo, renda ou mesmo subsistência para uma mudança de paradigmas rumo a uma perspectiva de produção agroecológica e sustentável, a ser, então, incluída no escopo do intercâmbio societal.

### **Saberes ancestrais e populares no plantio, cultivo e colheita**

Os saberes populares são constituídos nos diversos processos culturais tecidos progressivamente por um povo e transmitidos oralmente “às diversas camadas sociais e gerações distintas, criando um verdadeiro patrimônio cultural do senso comum, constituindo assim a sabedoria popular de um povo” (OLIVEIRA, 2015, p. 2). Podemos dizer que dão o tom, a cor a uma determinada sociedade e ressaltam o modo de vida das pessoas que dela fazem parte. Além disso, é por meio desses saberes que as pessoas se organizam enquanto membros de grupos, mediante a formação de sua identidade cultural, o que possibilita a convivência e sua permanência nessa coletividade (GONDIM, 2007).

Hall (1997) assevera que os saberes populares nutrem o “conhecimento” e permitem, ao longo das gerações, dar conformidade a um patrimônio sócio-histórico-cultural de um povo. Desse modo, os saberes populares fazem parte da cultura e são expressos, mesmo inconscientemente, por homens e mulheres, por meio de atos, palavras, gestos, comportamentos, dentre outros. Assim,

o ser humano, desde suas origens, produziu cultura. Sua história é uma história de cultura, na medida em que tudo o que faz está inserido num contexto cultural, produzindo e reproduzindo cultura. O conceito de cultura é aqui entendido como produto da sociedade, da coletividade à qual os indivíduos pertencem, antecedendo-os e transcendendo-os (BRASIL, 1997, p. 23),

Nessa perspectiva, interessou-nos investigar o cultivo do feijão, do milho e da mandioca que compõe predominantemente a alimentação das famílias da comunidade do Cabeça, na Serra de Itiúba, no estado da Bahia. Essas famílias utilizam o consórcio de culturas que faz parte da tradição dos moradores desta Comunidade, nesse sentido, diz-nos um informante que tal prática “é cultural aqui né, cultural. Porque nos grandes produtores é separado né, mas nos pequenos agricultores, a agricultura familiar, por exemplo, planta feijão e milho juntos” (FAMÍLIA P2, 2019).

Nessa análise, o cultivo de feijão, milho e mandioca (conhecida, ainda, por aipim, macaxeira, mandioca mansa, dentre outras denominações e variedades) na comunidade do Cabeça é realizado anualmente, já a colheita é feita de forma manual pelas famílias. Porém, por não possuírem, dentro da comunidade, terras suficientes para plantar, os agricultores plantam nas terras de ruralistas, os quais recebem suas terras limpas e aproveitam as palhas do milho, que são deixadas após a colheita, para alimentação dos animais ou como adubo.

Importante ressaltar que os agricultores não dispõem de “assistência técnica nenhuma ainda aqui, ninguém aqui teve. O único lugar que não tem assistência técnica plantada é aqui na Serra. (O conhecimento vem de geração e geração)” (FAMÍLIA, P3, 2019). Dessa forma, os saberes ancestrais e populares auxiliam na seleção e conservação dos grãos de feijão e milho, que serão plantados no ano seguinte, tal qual as melhores plantas da mandioca, o melhor solo e todas as etapas para o seu processamento. Os agricultores familiares dominam uma “ciência” no plantio, como, por exemplo, o espaçamento diminuto entre as covas (buracos que são feitos na terra) que abrigarão três (3) grãos do feijão, diferente das covas que receberão os cinco (5) grãos de milho, que é plantado anterior ao feijão. A

inobservância dessa quantidade de grãos ou do espaçamento entre as covas trará prejuízos à colheita.

Do plantio até a colheita, há a participação dos membros da família e de toda a comunidade. Não há compromissos no dia do plantio, visto que formam um mutirão, desta maneira, o trabalho que provavelmente durariam semanas é feito em um ou dois dias. A colaboração e a cooperação são a pedra angular que sustenta a comunidade ao longo de todo o processo. O feijão maduro é arrancado da terra e, gradativamente, vai sendo empilhado em um círculo numa parte que foi limpa. Em seguida, os homens com um grosso bastão, sem angulação, batem vigorosamente naquela pilha (batedura), em sincronia de sons e gestos, e só param quando o feijão está todo debulhado.

Posteriormente, as mulheres o colocam em uma peneira de palha, em posição oposta ao vento, jogam-no, habilidosamente, para cima e o aparam dentro da mesma peneira, a fim de limpá-lo. Depois de limpo, o feijão é ensacado e carregado pelos animais até a casa do agricultor. Após, os grãos secos são acondicionados dentro de dornas de óleo, que comportam até cento e cinquenta quilos de feijão, os quais são lacrados com cera de abelhas para evitar o desenvolvimento de parasitas (gorgulho).

O milho maduro serve para o consumo e/ou para a comercialização, o que fica na roça é colhido depois de seco, uma colheita feita de forma simples. Logo depois, é debulhado e as sementes são guardadas para o próximo plantio em vasos de refrigerantes reutilizados. A mandioca é cultivada na roça (propriedade) do agricultor, pois é necessário maior tempo entre o plantio e a colheita, em seguida, para o seu beneficiamento, isto é, para que se obtenha seus derivados (por exemplo, farinha).

Para a Comunidade do Cabeça os meses para o plantio são “abril e maio, limpar com a enxada (...) limpou ciscou e plantou” (FAMÍLIA P3, 2019). Isso porque esses são os meses que antecedem o inverno na Serra, que possui um microclima bastante chuvoso em alguns anos, diferenciando-se dos demais municípios do Nordeste.

Na lavoura não se usa pesticidas, o controle de pragas se faz diuturnamente, relata-nos um informante: “nasceu, capinar. Esse aí é o principal cuidado, nasceu dá uma capinada nele para limpar. Dá terra né. Pulverização a gente se submete a perder

mas não pulveriza. Aqui é orgânico né” (FAMÍLIA P1, 2019); “Tem. Lagarta é uma das coisas aqui (...) formiga, lesma. O combate, bom aqui a gente não faz pulverização. Aqui não tem pulverização, aqui é tudo orgânico” (FAMÍLIA P2, 2019). Desse modo, observamos que as pragas são controladas de forma natural, no caso do milho, são colocados espantalhos na roça para que os pássaros os confundam com pessoas, assim não cheguem perto do cultivo.

No feijão podem ocorrer queimaduras (as folhas ficam amarelas sem o feijão estar maduro e caem antes do tempo correto) com a passagem de eclipses solares; para a proteção da plantação é colocado um litro de vidro transparente cheio de água no meio da roça, assim dizem que se o fenômeno suceder a colheita estará protegida.

### **O trabalho de plantio e colheita da mandioca**

Na Serra, o plantio da mandioca é comum nas comunidades e as famílias plantam para o próprio sustento. A plantação é mais produtiva nas épocas de chuvas, como no inverno, uma vez que a Serra é privilegiada por ser uma região chuvosa e com muita neblina, assim, o desenvolvimento da mandioca é significativo.

Para a plantação de mandioca, os pais de família cavam a terra, afofando-a fazendo o que a comunidade chama de cova de mandioca. A família P4 (2019) afirma que “muitos plantam de cova virada, que é como nós chama, e outros plantam com cova de buraco. Corta a maniva e planta. Planta com a bananeira, pode ser misturado, que aqui a cultura é essa né”.

Durante a colheita, para arrancá-la da terra, às vezes, é necessária muita força, saber pegar na parte visível da mandioca que serve para segurar as folhas e é chamada maniva, componente da planta que será cortado em pedaços, que serão colocados em cima das covas para gerar outras plantas. Sendo assim, o ato de colheita e plantio exigem habilidade, assim como, cuidado e respeito pela planta e pela Terra.

No processo de colheita, todos da família têm tarefas definidas: os homens arrancam a mandioca da terra, as mulheres se responsabilizam pelos afazeres

domésticos ou vão juntar, em um único local, a mandioca para que não fique espalhada pela roça, já as crianças vão separar a mandioca da maniva, ou seja, a raiz do caule. Os animais transportam a mandioca da roça até a casa de farinha.

Essas atividades ocorrem pela manhã, para que à tarde a mandioca já esteja na casa de farinha para ser raspada (descascada), exercício mecânico que é feito por todos os adultos da comunidade que se dispõem a fazer esse serviço. Entretanto, antes de a mandioca chegar, a casa de farinha precisa ser preparada, isto é, varrida, os materiais limpos, de modo que se tenha um espaço apropriado para colocar a mandioca raspada, que precisa ficar próxima ao local onde sevar. Esse local é forrado com palhas de licurizeiro ou de bananeiras, que podem ser encontradas nos arredores das casas de farinha. Depois de sovada, a massa será prensada, peneirada para ser levada ao forno e, enfim, tornar-se farinha. Todo esse processamento pode ter suas próprias peculiaridades em algumas localidades, mas, em todos, o produto final é a farinha.

Geralmente, as casas de farinha são construídas em locais estratégicos da comunidade, para que todos os camponeses possam compartilhá-la. Elas se constituem em um ambiente de trabalho sob o qual as famílias se reúnem no processo da 'farinhada'. Ali as relações de sociabilidade envolvem a divisão do trabalho, ou seja, há uma tarefa para cada membro das famílias, que vão se auxiliando para a concretização das atividades (FRAXE, 2004).

A maioria das casas de farinha da Serra é feita de adobe, uma espécie de tijolo produzido com barro e água, colocado em uma fôrma retangular, feita de tábuas de madeira, que eram cobertas com telhas compradas na cidade, sob encomenda, e transportadas por automóveis até o Adro de São Gonçalo ou até meados da estrada quando o carro não conseguia subir a ladeira da montanha, daí eram levadas pelos animais, jegues ou burros arreados com cangaias e caçuás. As madeiras que compõem o telhado eram retiradas de um determinado local, onde havia possibilidade de encontrá-las em quantidade. As casas de farinha têm duas portas e uma janela, em seu interior abrigam: o forno e o rodo; a roda e a bola; os coxos e gamelas; a prensa e a peneira. Na comunidade do Cabeça não há casas de farinha, então,

quando realizam farinhadas os moradores precisam se deslocar para a casa da comunidade mais próxima.

Atualmente, algumas casas de farinhas dessa região já estão modernizadas, chegou energia elétrica em diversas localidades, porém houve um declínio da produção de mandioca e aquelas que passaram muito tempo fechadas, caíram. Alguns agricultores passaram a trabalhar com a criação de bovinos, devido à diminuição de chuvas e a adaptação da pastagem com o semiárido.

### **Considerações finais**

A presente pesquisa teve como objetivo identificar a importância da agricultura familiar e os saberes populares na comunidade do Cabeça, que está localizada no município de Itiúba, na Bahia, e integram a cultura local. A maioria das famílias da comunidade procura desenvolver suas estratégias de plantio e colheita, baseada no que aprendeu com seus ancestrais, na observação participante desde os mais velhos, bem como nas conversas nas casas da farinha, no cotidiano do “cuidar da roça”. Conversas essenciais nas comunidades tradicionais, onde a oralidade é privilegiada no processo de aprendizagem.

A agricultura familiar compreende boa parte do território brasileiro e desencadeia atividades diversas como o plantio por meio de consórcios, visto que, essa estratégia é benéfica tanto para a agricultura quanto para o agricultor que planta para a sobrevivência da sua família, da comunidade, de modo que, quando colhe em abundância, comercializa o excedente. O beneficiamento da mandioca, para produzir a farinha, necessita de cuidados amplos, pois os procedimentos seguidos devem ser os mais qualitativos possíveis, já que as casas de farinha são os locais de onde saem um produto apreciado em vários países.

Nesse sentido, constatamos que os conhecimentos ancestrais presentes na agricultura familiar contribuem ao plantio, à colheita do feijão, do milho e da mandioca. Estes conhecimentos serão transmitidos, perpetuados às novas gerações, as quais serão, em certa medida, responsáveis por uma convivência respeitosa e harmoniosa com a Terra, posto que esses conhecimentos poderão reverberar nas relações

estabelecidas com seus semelhantes, na concepção de homem, de mulher, de viver, de existir dentro, enquanto parte integrante de uma sociedade, posto que os pilares das bases construídas, gradativa e continuamente, são a colaboração, a cooperação, a solidariedade consigo e com o outro. Percepção essa para além do capital financeiro que subjaz e orienta as relações e fazeres das sociedades hodiernas.

Outro importante destaque diz respeito às Políticas Públicas na comunidade do Cabeça, que pode permear um caminho promissor para os agricultores na construção de uma nova realidade social, com desenvolvimento que seja além de econômico, isto é, seja sustentável, social e, também, político. A trajetória desses atores camponeses reflete na promoção social do meio rural, por isso, a necessidade de investimento na agricultura familiar por meio das outras políticas públicas voltadas para esse segmento.

Desse modo, os resultados apresentados na pesquisa evidenciam a importância dos produtores se posicionarem para além do visível, do aparente na casa da farinha, dos grãos, das raízes, do que falam ou expressam acerca das relações tecidas e edificadas com o outro. Diante disso, a memória exerce papel de guarda, em que são abrigados saberes ancestrais que contribuem para a sobrevivência da comunidade e do grupo.

Portanto, não podemos esquecer que, também, observamos, no fazer e no viver dessa comunidade, as consequências das crises construídas, como apontado por Milton Santos (2001), pelo "grande capital" em detrimento da maioria da população mundial. No Brasil, essas crises se aprofundam cada vez mais, sobretudo no momento atual, no qual há uma ameaça real de destruição, apagamento de todas as conquistas obtidas concernentes à preservação da Floresta Amazônica, dos Povos Originários e do Povo do Campo, dos seus saberes e conhecimentos ancestrais.

## Referências

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**, 2007.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília: Imprensa Oficial, v.7, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Poder Executivo, Brasília, 3 jul. 2003. Seção 1, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm). Acesso em: 10 de mar de 2022.

BRASIL. (2009). **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.946 de junho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <http://goo.gl/Y9EDXq>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.688-de-26-de-abril-de-2021-316016356>. Acesso em: 08 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979.** Altera o Estatuto da Terra e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6746.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.746%2C%20DE%2010%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201979.&text=Altera%20o%20disposto%20nos%20arts,Art..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6746.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.746%2C%20DE%2010%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201979.&text=Altera%20o%20disposto%20nos%20arts,Art..) Acesso em: 08 dez. 2021.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Embrapa no Ano Internacional da Agricultura Familiar.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 08 dez. 2021.

FÓRUM RURAL MUNDIAL. **Año internacional de la Agricultura Familiar-AIAF 2014.** Disponível em: [www.aiaf2014.org.br](http://www.aiaf2014.org.br). Acesso em: 08 dez. 2021.

FRAXE, T. P. **Cultura cabocla-ribeirinha.** Mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

GONDIM, M.S.C. **A inter-relação entre saberes científicos e saberes populares na escola:** uma proposta interdisciplinar baseada em saberes das artesãs do

Triângulo Mineiro. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1964/1/2007\\_MariaStelaDaCostaGondim\\_original.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1964/1/2007_MariaStelaDaCostaGondim_original.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

GRAZIANO, S. J.; DEL GROSSI, M. E. **O Novo Rural Brasileiro**. Parte de uma pesquisa mais ampla. Apoio FAPESP, PRONEX/CNPq-FINEP. 1998: p. 165-173.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DPAI, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. **Área dos estabelecimentos agropecuários familiares, por utilização das terras (Hectares), 2006**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/2017-np-censo-agropecuario/9827-censo-agropecuario.html?=&t=destaques>. Acesso em: 06 jul. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília, 2010a. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).

Moreira, A. D. **A Educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB no município de Riacho de Santana – BA** (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

MOREIRA, A., SANTOS, A., & LUCENA, E. **O associativismo no município de Riacho de Santana - BA: desafios e perspectivas para o crescimento**. Revista Brasileira De Educação Do Campo, 6, e10418, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e10418>. Acesso em: 20 nov. 2019.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. et. al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 32-40, 2012.

OLIVEIRA, P. S. Saber popular e perspectivas para o conhecimento científico. In: **CONEDU**. Anais do Congresso Nacional de Educação, 2ª Ed. Campina Grande, v. 1, 2015. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV045\\_MD1\\_SA13\\_ID2246\\_11082015091801.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA13_ID2246_11082015091801.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SAKAMOTO, Cleusa. K.; SILVEIRA, I. O. **Como fazer projetos de iniciação científica**. São Paulo: Paulus, 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal)**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, R. H. S. **Interações interespecíficas em consórcios de olerícolas**. Viçosa: UFV, 1998. 129p.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. In: Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

VELOSO, F.. **Políticas públicas no município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA (Dissertação de Mestrado)**. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS:

***Raimunda Pereira da Silva***

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - PPGExR, na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Licenciada em Pedagoga pela universidade Estadual da Bahia – UNEB; Professora da Equipe Pedagógica da Secretaria de Educação de Itiúba e Extensionista Rural; Correio eletrônico: raimundaps88@gmail.com.

***Antônio Domingos Moreira***

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd/UESB; Especialista em Agroecologia pelo IF/Baiano e Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica – Faculdade Montenegro – Coordenador de Microcrédito e Finanças Solidária – CONFIMS - Bahia; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC; Integrante da Rede Latino-americana de Pesquisa em Educação do Campo, Cidade e Movimentos Sociais - Rede PECC - MS. Correio eletrônico: tony.dom1987@gmail.com

***Júlia Maria da Silva Oliveira***

Professora Titular no Departamento de Ciências Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia. Atua na área Educação, com ênfase em Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Juventudes. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz; Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia; e Doutorado em Educação pela Université de Montréal, Québec, Canadá. Coordenadora do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ciências Humanas - CEPECH/DCIE/UESC. Membro do Grupo de Pesquisa Cyberxire: Redes Educativas, Juventudes e Diversidade na Cibercultura. Correio eletrônico: jmsoliveira@uesc.br